

HABEAS CORPUS Nº 549.077 - SP (2019/0358781-0)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
IMPETRANTE : FRANCISCO GOMES CAVALCANTE
ADVOGADO : FRANCISCO GOMES CAVALCANTE - SP339864
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : CASSIA APARECIDA DE SOUZA VIEIRA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

A **paciente** alega sofrer coação ilegal seu direito de locomoção em decorrência de acórdão proferido pelo Tribunal *a quo*.

Busca a defesa a expedição de alvará de soltura em favor da acusada, por compreender que o decreto de prisão preventiva – pela suposta prática de furto qualificado – "não apresentou nenhum elemento concreto capaz de demonstrar a necessidade da prisão preventiva, nos termos do artigo 312 do Código de Processo penal" (fl. 7).

Decido.

Em análise perfunctória – inerente a esta fase processual –, observo que o Juízo de primeiro grau, ao converter o flagrante em prisão preventiva, asseverou que "o delito praticado é grave, são altos os valores da *res furtiva*, o ato criminoso foi praticado em concurso de agentes e **a autuada é reincidente específica, além de estar gozando de sursis processual**. Destarte, quanto a ela a prisão preventiva se faz necessária como garantia da ordem pública, para **evitar a reiteração criminal**" (fl. 28, destaquei).

Tais circunstâncias, a um primeiro olhar, evidenciam a presença de **motivação idônea, baseada em elementos concretos dos autos, para justificar a custódia preventiva da ré**, diante, especialmente, do **risco de reiteração delitiva**. Nesse sentido:

[...]

2. No caso, o histórico criminal do paciente (que possui antecedentes, bem como foi beneficiado anteriormente com sursis processual) revela fundado receio de reiteração na prática criminosa e autoriza, por si só, o decreto de prisão

Superior Tribunal de Justiça

preventiva como forma de garantir a ordem pública, nos termos do art. 312 do Código de Processo Penal. [...] (**HC n. 413.251/SP**, Rel. Ministro **Sebastião Reis Júnior**, 6ª T., DJe 14/3/2018)

À vista do exposto, **indefiro a liminar**.

Solicitem-se informações atualizadas ao juízo de primeiro grau, cuja resposta deverá ser remetida via **malote digital**.

Em seguida, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para manifestação.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ
Relator